

Artigo / Article

Uma descrição inicial dos Topônimos do Setor Autônomo de Bissau

An initial description of the Toponyms of the Autonomous Sector of Bissau

Baticã Braima Ença Mané 

Universidade de São Paulo, Brasil
manebatica@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5621-1814>

Amanda Macedo Balduino 

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
amanda.m_b@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1062-973X>

Recebido em: 30/08/2022 | Aprovado em: 05/02/2023

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil toponímico do Setor Autônomo de Bissau (SAB), Guiné-Bissau, de modo a elencarmos alguns fatores socioculturais e linguísticos relevantes para a sua compreensão. Para tanto, avaliamos os topônimos do SAB tendo em vista: (i) o contato linguístico, refletido em topônimos de matriz africana ou de estrutura híbrida e (ii) a estrutura do sintagma toponímico em língua portuguesa e/ou em outras línguas. O *corpus* manifesta 53,5% de topônimos portugueses e 46,5% entre autóctones (22,8%), híbridos (14,8%) e desconhecidos (8,9%). Esses resultados sugerem que, mesmo havendo influência do português na toponímia do SAB, essa apresenta itens autóctones que revelam especificidades linguísticas, históricas e culturais locais.

Palavras-chave: Toponímia • Guiné-Bissau • Português • Línguas autóctones • Multilinguismo

Abstract

This paper aims to present the toponymic profile of Bissau, Guinea-Bissau, in order to list some relevant sociocultural and linguistic factors to its understanding. To this end, we assessed Bissau toponyms considering: (i) linguistic contact, reflected in toponyms of African origin or hybrid structure and (ii) structure of the toponymic syntagma in Portuguese and/or in other languages. The *corpus* features 53.5% Portuguese toponyms and 46.5% between autochthonous (22.8%), hybrid (14.8%) and unknown toponyms (8.9%).

These results indicate that, even with the influence of Portuguese on Bissau toponymy, it presents autochthonous items that reveal local linguistic, historical and cultural specificities.

Keywords: Toponymy • Guinea-Bissau • Portuguese • Autochthonous language • Multilingualism

Introdução

O propósito deste artigo é apresentar a Toponímia do Setor Autônomo de Bissau e discutir algumas questões de políticas linguísticas locais relacionadas ao contato linguístico dessa localidade. A Guiné-Bissau está dividida, do ponto de vista político-administrativo, em 8 regiões¹ e um setor autônomo, Bissau, portanto, Setor Autônomo de Bissau (doravante SAB). O SAB corresponde à cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau, localizada na foz do rio Geba. No que diz respeito à história, Campos (2012) indica que, em 1692, Portugal criou a capitania de Bissau que, posteriormente, em 1913, foi promovida a cidade, tendo atingido o estatuto político de capital em 1941 (CAMPOS, 2012). Esse estatuto de capital foi mantido após a independência política de Portugal, em 1973, sendo a cidade de Bissau a capital da Guiné-Bissau até hoje. Sociolinguisticamente, o SAB constitui um cenário multilíngue, além de corresponder a um dos berços de língua crioula de base lexical portuguesa falada na Guiné-Bissau. Apesar de sua diversidade linguística, entretanto, sua história remonta a um passado colonial ligado a Portugal, sendo o português a língua oficial do país.

Para Dick (1975), os elementos linguísticos revestidos de função toponímica são importantes agentes de comunicação, pois encerram em si a possibilidade de reconstituição – se não total, ao menos parcial – de características mais salientes de áreas geográficas por eles designados, que podem refletir os aspectos socioculturais de povos que habitam ou habitaram (perspectivas sincrônica e diacrônica, respectivamente) uma dada região. Focando em questões socioculturais de uma conjuntura multilíngue, Balduino, Araujo e Agostinho (2021) demonstram, ainda, que os topônimos são constituídos por traços transdisciplinares e, por isso, contribuem para a compreensão dos diferentes estratos dialetais que estruturaram e estruturam formas de expressões vernaculares de uma dada região, refletindo, inclusive, os cenários multilíngues sincrônicos e/ou diacrônicos circunscritos à área observada e à importância política atribuída a algumas línguas em detrimento de outras. Com base nos topônimos da cidade de São Tomé, localizada em São Tomé e Príncipe, um país da Costa Oeste Africana, Balduino, Araujo e Agostinho (2021) sugerem, por exemplo, que a oficialização do português e sua posterior ascensão no país (ver ARAUJO, 2020) são questões refletidas, diretamente, no perfil toponímico da cidade de São Tomé, o qual é composto, majoritariamente, por itens em português (77.4%). Ainda assim, topônimos em línguas autóctones, em línguas africanas

¹ Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali. As regiões são dirigidas pelos Governadores Regionais sob tutela do Ministério da Administração Territorial (GUINÉ-BISSAU, 2009).

continentais e formados por intersecções linguísticas de elementos em português e em línguas africanas são também observados, ainda que em menor percentual (22.6%). A partir desse levantamento, os autores analisam a toponímia santomense como um reflexo linguístico da história de São Tomé, compreendendo a toponímia local um dado linguístico interessante para observar e entender a realidade multilinguística do país.

Considerando que a cidade de Bissau também é formada por uma conjuntura multilíngue e que ainda não há estudos toponímicos dedicados a essa região, este artigo se pauta nas seguintes questões iniciais: (1) quais são os topônimos da cidade de Bissau? (2) quais estratos linguísticos caracterizam os topônimos dessa cidade? (3) o que os topônimos podem revelar a respeito de políticas linguísticas locais? Este trabalho corresponde, portanto, a um estudo descritivo inicial e pretende apresentar, respondendo às questões anteriores, uma análise preliminar dos topônimos do SAB. Para tanto, a partir do levantamento de alguns topônimos de Bissau, contemplaremos aspectos gerais de sua formação, como o contato linguístico, o qual é refletido em topônimos de matriz africana, bem como estruturais, como a formação do sintagma toponímico em língua portuguesa e/ou em outras línguas.

Na Guiné-Bissau, até onde sabemos, não existem trabalhos voltados à área de Toponímia. Com efeito, este artigo, ao se dedicar à toponímia do SAB, visa não somente contribuir com a documentação e a análise de alguns fatores socioculturais e linguísticos relevantes para a compreensão da toponímia local, como pode colaborar, outrossim, com a ampliação dos estudos toponímicos de países africanos componentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esses, ao contrário de Portugal e Brasil, países onde há diferentes estudos toponímicos (DICK, 1975; 1980; 1982; 1990; 2007; CARVALHINHOS, 1998; 2009; LIMA, 2012; SEABRA, 2004, entre outros), constituem um vasto campo ainda a ser explorado em termos de estudos dessa natureza.

Este artigo está organizado do seguinte modo: na seção 2, o conceito da toponímia como disciplina é apresentado, além de contemplarmos questões relativas ao multilinguismo; na seção 3, é feita uma abordagem do contexto sócio-histórico de Bissau; os procedimentos metodológicos e corpus da pesquisa são apresentados na seção 4, para que, na seção 5, uma análise geral sobre a toponímia do SAB seja exibida. Isso feito, apresentamos, por fim, as considerações finais.

1 A Toponímia e o Multilinguismo

A toponímia – parte constituinte da ciência onomástica – é a disciplina que estuda a motivação dos nomes próprios de lugares. Vinculada à lexicologia, que é entendida como o estudo científico do léxico, a toponímia vem originalmente do grego, dissociada em *topos* “lugar” e *onoma* “nome”. *Topônimo* é o termo convencionalmente estabelecido na literatura especializada para se referir a nomes de lugares. À toponímia interessa, no que se refere aos aspectos intralinguísticos, a busca pela etimologia, a semântica dos nomes de lugares, as suas

transformações linguísticas, sobretudo as fonético-fonológicas e as morfológicas (DICK, 1975; 1980; 2007).

Os estudos toponímicos se sustentam em um viés transdisciplinar, no qual “[...] os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (DICK, 1980, p. 8). Valem-se dos saberes históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, além de saberes linguísticos. Nesse contexto, a transdisciplinaridade possibilita um estudo mais abrangente, ligado à sociedade, à cultura e ao meio ambiente como fontes geradoras das motivações toponímicas. Isso relegaria a mera descrição etimológica dos topônimos – como se fazia anteriormente e que, por vezes, levava a diversas inexatidões – ao arcaísmo (SEABRA, 2004).

Desse modo, topônimos assumem-se como enunciados linguísticos para denotar este ou aquele acidente geográfico em sua dicotomia física (rios, córregos, morros etc.) e antropocultural (aldeias, povoados, cidades etc.) (DICK, 1975; 1980; 2007). Ou seja, em como o ato de nomear é uma atividade essencialmente humana, o topônimo expressa a relação, a cosmovisão - ou o modo de ver e entender o espaço geográfico e o meio ambiente no geral por parte de seres humanos (DICK, 1975). Neste estudo, observaremos, de maneira geral, alguns aspectos relacionados à história da colonização portuguesa e ao contexto sociolinguístico da cidade de Bissau, considerando como seu caráter multiétnico, multicultural e multilíngue transparece na toponímia do SAB.

Especificamente, o multilinguismo – que é tecnicamente definido como o uso de duas ou mais línguas na vida cotidiana dos falantes – é parte integrante da vida de muitos povos ao redor do mundo, e é, inclusive, mais disseminado que o monolinguismo (THOMASON; KAUFMAN, 2001). Em outras palavras, isso significa dizer que o contato linguístico, a coexistência em uma sociedade de duas ou mais línguas, é algo inerentemente humano. Essa predisposição humana ao bilinguismo, e mesmo ao plurilinguismo, tem naturalmente seus impactos nas estruturas e usos linguísticos, como a perda, a manutenção, a mudança, o estabelecimento de fronteiras e instâncias de atuação de cada língua, prestígio e desprestígio social, entre outros. Esses componentes, pela diferença da cosmo percepção de grupos socialmente constituídos que habitaram e/ou habitam uma dada região, podem, espontaneamente, influir diretamente no processo designativo dos lugares. Assim sendo, de modo a operarmos com o caráter transdisciplinar que demarca os estudos toponímicos e incorporar os contextos sócio-histórico e linguístico à análise, expomos, na seção 3, algumas questões dessa natureza que podem ser relevantes para a delimitação geral do perfil toponímico de Bissau.

2 O contexto sócio-histórico e linguístico de Bissau

A cidade de Bissau, fundada em 1686 ou 1697, é, desde 1941, a capital da Guiné-Bissau, um país independente da África Ocidental (KIHM, 2011; CANDÉ MONTEIRO, 2011;

CAMPOS, 2016)². Setor autônomo do ponto de vista político-administrativo, Bissau, situada no estuário do rio Geba, é habitada por cerca de um quarto da população do país (aproximadamente 400 mil habitantes, visto que a Guiné-Bissau tem quase 2 milhões de habitantes). Os habitantes de Bissau pertencem a cerca de 20 povos autóctones diferentes, cada um com sua própria língua (GUINÉ-BISSAU, 2009), estando distribuídos por inúmeros bairros espalhados um pouco por todo o seu espaço territorial, que é de 77,5 km².³ Essa diversidade sociocultural, sobretudo linguística, por um lado, faz do kriol (ISO 639-3: pov)⁴ – a língua crioula local de base lexical portuguesa – uma língua de encontro, partilha e expressão comum a uma parcela significativa desse povo, e, do outro, a cidade de Bissau o reflexo do mosaico etnolinguístico do próprio país.

Figura 1. Localização geográfica da cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau⁵



Fonte: elaboração dos autores a partir do mapmaker que pode ser acessado em: <https://mapmaker.nationalgeographic.org/>.

² O marco temporal da fundação de Bissau, apesar de historicamente embasado, não deixa de lançar uma certa nebulosidade sobre a sua existência anterior a esse período enquanto território povoado. Em geral, o marco temporal faz parecer, mesmo que de forma velada, que a existência do local se sucedeu à chegada dos portugueses ao território atual da Guiné-Bissau, o que não procede.

³ Disponível em: <https://guinebissau.opendataforafrica.org/apps/atlas/Bissau>. Acessado em: 17/02/2023.

⁴ Alguns autores usam, ainda que timidamente, o termo “guineense” para se referir a esta língua. Aqui escolhemos usar o termo “kriol” por duplo motivo: 1. porque é assim que os próprios falantes e as pessoas que se identificam com esta língua a designam; 2. essa nossa decisão respeita a escolha dos falantes. Mané (2021), que inclusive usou primordialmente o termo “guineense” em sua dissertação, enalteceu a necessidade de se respeitar “a designação dos falantes e das pessoas que se identificam com esta língua” (p. 2).

⁵ O ponto preto no mapa indica a localização da cidade de Bissau, dentro do contexto geográfico da Guiné-Bissau.

LINHA D'ÁGUA

A esse respeito, vale mencionar que uma língua crioula emerge mediante o contato entre diferentes códigos linguísticos, em geral, uma língua colonial/imperial e diversas outras línguas que circulam em uma dada área, mas não são empregadas como língua franca (FREITAS, 2016). Para Faraclas et al. (2014) a ação de múltiplos fatores explica o surgimento das línguas crioulas, sendo eles (i) o próprio cenário multilíngue, (ii) as relações sociopolíticas construídas entre os povos constituintes de tal contexto, (iii) a demografia local e (iv) as demandas comunicativas entre esses grupos de indivíduos falantes de línguas ininteligíveis entre si. Logo, a partir de Faraclas et al. (2014), os diferentes povos autóctones da Guiné-Bissau, além do segmento lusitano, dentro do contexto sociohistórico multilíngue, corroboraram a formação do kriol - a língua crioula sobre a qual falaremos, posteriormente, ainda nesta seção.

No que concerne à Guiné-Bissau – nos primórdios de sua ocupação – a região teria sido habitada predominantemente pelos povos balanta ou abalanta, byafada, brame, entre outros (LOPES, 2005). No século XIII, os mandinka, vindos do então Império do Mali, não somente dominaram e conquistaram outros povos, mas também exerceram hegemonia em toda Senegâmbia⁶. Por conseguinte, fundaram o reino do Kaabu⁷, à época, uma importante unidade política, econômica e administrativa, que, inicialmente, funcionou como um Estado vassalo e tributário do antigo Império do Mali. Com a decadência deste no século XVI e seu total desaparecimento um século depois, Kaabu se tornou independente e atingiu seu ápice no século XVIII (MANÉ, 1989; LOPES, 1989, 2005; BARRY, 1990; GARCIA, 2003; DIAS, 2003).

Em 1867 (para Lopes, 1989; ou 1868 para Garcia, 2003), o Kaabu foi conquistado pelos fula que derrotaram os mandinka na batalha de Kansala. Desse modo, os fula impuseram um novo poder político e introduziram o islamismo (LOPES, 1989; GARCIA, 2003). Entretanto, esse domínio político fula não durou muito. A dissolução do mundo kaabunké⁸ e a expansão do islão possibilitou a efetivação definitiva do colonialismo português. Dias (2003, p. 65) sustenta que são eventos “quase simultâneos”, ao passo que Garcia (2003, p. 72) assegura que a ocupação portuguesa do Kaabu, “[...] provavelmente, evitou um império fula”.

Em 1446, a primeira caravela portuguesa, sob o comando de Álvaro Fernandes, teria atingido, pela primeira vez, a Guiné-Bissau (CAMPOS, 2016, p. 13). Séculos depois de tráfico de escravizados, a ocupação colonial portuguesa continuava tímida e se circunscrevia tão-somente a “certos redutos bem delimitados e cercados pelas populações circundantes” (CAMPOS, 2016, p. 53). De fato, as primeiras povoações (Cacheu, Geba, Bissau, Farim e Zinguinchor, entre outros) ou eram feitorias de onde os portugueses comercializavam ou

⁶ A Senegâmbia pode ser entendida como uma entidade supranacional. No atual cenário, abrange os atuais estados do Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau, e parte da Mauritânia, do Mali e da Guiné-Conakri (BARRY, 1990). De acordo com esse autor, esta região se divide em Senegâmbia setentrional, “constituída pelo vale do rio Senegal e as planícies ocidentais entre o rio Senegal e o rio Gâmbia [...]”, e Senegâmbia meridional, formada pelos rios do sul e os planaltos do Fuuta Jalon ou Futa Djalon. O Kaabu daquela época exercia predomínio nesse último (BARRY, 1990, p. 9).

⁷ Kaabu foi uma região muito mais extensa do que o atual território de Gabu.

⁸ São os kaabunké não apenas os habitantes do núcleo central de Kaabu, ou seja, os mandinka, “mas também os fulas (da sub-região), e, evidentemente, os bainuk, balanta, byafada, brame, etc.” (LOPES, 2005, p. 21).

estavam situadas, sobretudo, à beira dos rios, permanecendo, assim, em uma área limitada. Apesar da chegada dos invasores portugueses ainda no século XV, o interior do país só foi efetivamente ocupado e explorado no século XIX. Isso deve-se à rejeição tanto por parte de povos originários (entre 1913 a 1936, apesar de dispersa) que se opunham a pagar impostos e outros tipos de taxas, assim como por parte das “organizações urbanas clandestinas [...] lideradas pela elite intelectual local contra a administração portuguesa”, com início em 1952 (CANDÉ MONTEIRO, 2011, p. 225-230).

A descoberta do ouro no Brasil e a necessidade de mão de obra barata nas plantações de tabaco, cana de açúcar e algodão impulsionaram sobremaneira o comércio negreiro transatlântico, o qual se tornou a atividade econômica primária entre o século XVI até o final do século XVIII. Além disso, exportava-se arroz, couro, ouro e marfim, embora em proporções menores. Da África, os escravizados eram levados a Portugal ou ao Brasil (KIHM, 2011; CAMPOS, 2016). Em Portugal, especificamente, estima-se que cerca de 150.000 escravizados teriam sido transportados da Guiné – um espaço territorial que albergava toda a costa ocidental africana do Senegal a Angola – e introduzidos naquele país europeu entre 1441 e 1505. Em Lisboa, particularmente, eles eram contabilizados em 9.950 em 1551, o que representava 10% de sua população total (TINHORÃO, 1988 *apud* KIHM, 2011).

Com uma curta passagem por Portugal (fala-se em menos de uma década), onde teria aprendido não propriamente o português europeu daquele período histórico, mas sua variedade básica, emergencial⁹, uma parcela desse grupo de escravizados foi enviado de volta à África para trabalhar nos navios portugueses na Costa da Guiné; supostamente, terá sido este grupo a introduzir a linguagem – provavelmente um pidgin¹⁰ português – que mais tarde dará origem ao crioulo guineense, o kriol.

Alguns grupos sociais contribuíram, à época, para a emergência do kriol. Por exemplo, os *lançados* – aventureiros e contrabandistas do tráfico que não somente atuavam à margem da lei, bem como faziam-no contra os ensejos da coroa portuguesa, comercializando diretamente com a França, a Inglaterra e a Holanda¹¹ (ver COUTO, 1994; CAMPOS, 2016) – tiveram um papel importante. De acordo com Kihm (2011, p. 85),

Parecem ter sido facilmente aceites pela população local, que não tinha tendência para sentir quaisquer escrúpulos morais no comércio com os escravos, uma vez que fazia parte da economia de todas as sociedades da África Ocidental na altura. Os lançados tornaram-se nativos em poucos anos, casaram com as mulheres locais e tiveram filhos (tradução nossa).

⁹ Naro (1978) o denomina *Linguagem de Reconhecimento*; Kihm e Rougé (2013), *Língua de Preto*.

¹⁰ O pidgin é, comumente, compreendido como uma língua simplificada em relação aos processos morfológicos que surge em função de um caráter emergencial de comunicação e não configura a língua materna de uma dada população (MUYSKEN; SMITH, 1995). De acordo com Freitas (2016), seu domínio de atuação é limitado, visto que atua, sobretudo, em situações comunicativas específicas, tais quais o comércio.

¹¹ A França, a Inglaterra e a Holanda disputavam entre si e com o Portugal o domínio territorial e consequente monopólio comercial (ver COUTO, 1994; CAMPOS, 2016).

Tangomas é o nome que se dava às mulheres citadas por Kihm, e os seus filhos eram chamados de *filhos da terra*, e *mestiço*, *mulato* ou *crioulo* em outras regiões do mundo (COUTO, 1994). Há que destacar ainda os *grumetes*, entendidos como nativos que incorporaram hábitos e costumes europeus e serviam como ajudantes dos europeus nos portos e nos navios (CAMPOS, 2016). É nessa sociedade colonial luso-africana, concebida a partir do século XV, com uma população de origens heterogêneas tanto do ponto de vista cultural como linguístico, que emergirá o kriol. Acredita-se que o protocrioulo que deu origem a essa língua, resultante desse contato, teria se formado antes mesmo do século XV (BAPTISTA, 2000)¹², mais tarde reestruturada em uma língua crioula.

A independência da Guiné-Bissau ocorreu como resultado da guerra de libertação nacional do jugo colonial português. O objetivo era a libertação total dos povos da Guiné e Cabo Verde face a brutalidade e hostilidade por parte do regime português, que, em 1959, a título de exemplo, assassinou cerca de 50 trabalhadores marítimos grevistas. Estes exigiam o aumento de salário “invocando a dureza das condições de trabalho e o custo da alimentação” (SILVA, 2006, p. 13). Depois desse evento, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (doravante PAIGC)¹³ entendeu não existir mais condições para uma independência pacífica que não envolvesse a guerra armada como vinha fazendo. Deu-se início à luta de libertação a 23 de janeiro de 1963 (e durou até 1973) com ações de guerrilha na região de Tite no sul do país. Aquando do início da luta na Guiné-Bissau, Portugal havia estado em guerra em Angola há quase dois anos. Em 1964, eclodiu a guerra em Moçambique. As três frentes de luta não somente criaram discórdias dentro do exército português em relação à invasão desses territórios, mas também abriu caminho à Revolução de 25 de abril de 1974 que pôs termo ao regime autoritário de direita de Salazar-Caetano (regime de Antônio de Oliveira Salazar, ditador português entre 1933-1968 e seu sucessor Marcelo Caetano, que permaneceu no poder até 1974) (ARENAS, 2019). No mesmo ano, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau, que já tinha a proclamado um ano antes.

Após a independência, a Guiné-Bissau foi administrada por um governo autoritário de partido único de orientação marxista-leninista – economicamente centralizado – por pelo menos duas décadas, cujo termino coincide com a queda do muro de Berlim e da antiga União Soviética (ARENAS, 2019). Em 1994, deu-se a abertura democrática, com a realização das primeiras eleições. De 1998-1999, o país mergulhou em uma guerra civil e, dessa data aos dias atuais, sucederam-se graves incidentes político-governativas, dentre os quais, (i) mais de dez golpes de Estado tentados ou bem sucedidos, (ii) assassinatos em pleno exercício de funções, (iii) destituições do cargo e/ou nomeações inconstitucionais (ver JAUARÁ, 2009 SOUSA, 2013; CARVALHO, 2014; M'BUNDÉ, 2017). Isso fragilizou o Estado, que, carente de instituições

¹² Disponível em: <http://africultures.com/le-creole-de-guinee-bissau-1281/>. Acesso em 14 de jul. 2022.

¹³ Este partido político conseguiu se impor diante de outros movimentos independentistas que existiam na época, como a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné – FLING, conduzindo a guerra que culminou na independência do país.

sólidas e de mecanismos de controle, tornou-se placa giratória do tráfico internacional de drogas vindas da América Latina, tendo como destino final o mercado europeu.

Do ponto de vista sociolinguístico, no país, além do kriol, língua do dia a dia e de comunicação interétnica, são faladas as línguas nativas, pertencentes aos diferentes grupos étnicos, e o português, língua oficial. Estima-se que 1.303.743 habitantes, correspondentes a 90,4% da população, são falantes do kriol (GUINÉ-BISSAU, 2009)¹⁴. Todavia, mesmo diante do seu número elevado de falantes, o kriol não é língua oficial e tampouco língua de ensino.

O português é a língua oficial, de ensino, da burocracia e do Estado. É falado por cerca de 13% da população. No entanto, se considerarmos apenas os falantes monolíngues desse idioma, as estimativas apontam para um número inferior a 10% da população guineense (ver AUGEL, 2007; COUTO e EMBALÓ, 2010). As línguas autóctones como pepel (ISO 639-3: pbo), balanta (ISO 639-3: ble), mandinka (ISO 639-3: man), mandjáku ou mandjak (ISO 639-3: mfv)¹⁵, entre outras, são faladas preferencialmente no meio familiar e/ou nas tabancas (aldeias), ou seja, no meio rural (AUGEL, 1997; INTUMBO, 2012; MANÉ, 2021).

No que diz respeito ao povoamento de Bissau, não há documentos escritos comprovando o seu começo, o que torna esse assunto um pouco problemático, mas a hipótese mais admitida, sustentada na tradição oral, é a de que teriam sido os pepel, e não os beafada, seus primeiros habitantes (CAMPOS, 2016). O fato de que alguns consideram os pepel descendentes dos beafada (ver DJALÓ, 2012) agrava ainda mais essa incerteza. Contudo, Bissau é considerado – inclusive nos dias que correm – chão dos pepel, e, estes, consequentemente, seus “donos”. De fato, a própria origem etimológica do topônimo *Bissau* é descrita como proveniente desse grupo étnico. Campos (2016) sustenta que teria sido de uma das sete gerações (clãs) da etnia pepel, o clã *Intchassu*, no plural *Bissassu*, donde teria originado o topônimo *Bissau*. O autor conclui dizendo que: “De fato, este clã ainda hoje habita na [sic] cidade de Bissau” (CAMPOS, 2016, p. 11). Por sua vez, Djaló (2012) refere que De Almada¹⁶ chegou mesmo a denominar os pepel de “Biçaos” ou “Bissáus”.

Um informante pepel, com o qual conversamos pessoalmente sobre esse assunto, corroborou a hipótese do clã, o qual chamou de *N'sassu*. Sobre o De Almada ter chamado os pepel de “Biçaos” ou “Bissáus”, ele afirma que talvez tenha sido pelo hábito de os pepel se identificarem, quando perguntados, com seus clãs enquanto grupo, e não como indivíduo. Em

¹⁴ Como o recenseamento não levou em consideração as variáveis Língua Materna (L1) e Segunda Língua (L2), é impossível termos o quantitativo das pessoas que o falam levando em conta as duas dimensões. Enfatiza-se que há uma necessidade de se fazer um novo censo demográfico para se saber o número aproximado de falantes dessa língua na atualidade. De 2009 a esta data, mais de uma década se passou, e a configuração sociodemográfica certamente deve ter mudado ao longo desses anos.

¹⁵ The World Atlas of Language Structures. Disponível em: <https://wals.info/languageid>. Acesso em: 15 fev. 2023.

¹⁶ Do seu nome completo André Álvares de Almada, era natural de Santiago, Cabo Verde, um mestiço que foi capitão, comerciante e escritor tratadista. É autor de, entre outros trabalhos, “Tratado dos Rios de Guiné”, no qual versa sobre várias nações de negros que a povoam, dos seus costumes, línguas, leis, ritos, seitas etc. (MARTINS, 2014).

suma, qualquer que seja o desfecho sobre qual grupo étnico povoou primeiramente Bissau, não deve ser mera coincidência que o pepel seja a língua autóctone que – em nossos dados – mais forneceu nomes a lugares no SAB.

3 Métodos

Neste trabalho, analisamos a toponímia de Bissau de acordo com uma abordagem quali-quantitativa. Sendo um de nossos propósitos a descrição geral e preliminar da toponímia de Bissau, nos valem de um procedimento metodológico descritivo, elencando, por exemplo, possíveis padrões estruturais, semânticos e/ou sócio-históricos, que podem ser depreendidos a partir da toponímia de Bissau. Considerando, ainda, o trabalho de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), o qual se dedica ao levantamento e à análise do perfil toponímico de São Tomé, optamos por aplicar, tendo como propósito a descrição almejada e uma futura análise comparativa, a mesma taxonomia empregada pelos autores, baseada em projetos como o Atlas Toponímico do Brasil (ATB) (DICK, 1980; 1998) e o Atlas Toponímico de Portugal (ATPor) (ver CARVALHINHOS, 2009). Do mesmo modo que o Brasil, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Guiné-Bissau constitui um país de língua oficial portuguesa, o que é refletido no perfil toponímico de tais localidades e justifica, dado o caráter preliminar deste trabalho, nossa opção inicial por partir de taxonomias já utilizadas nos estudos supracitados. De fato, os topônimos evidenciados no SAB, assim como os topônimos dos países nomeados, são formados por unidades linguísticas conectadas ao mundo lusitano, além de serem relacionados às demais línguas que circulam e são específicas a tais localidades. Dessa forma, as diferentes realidades sociolinguísticas do Brasil, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e da Guiné-Bissau, nosso foco neste artigo, moldam, também de forma distinta, o perfil toponímico desses lugares (BALDUINO; ARAUJO, 2020) - o que torna importante considerarmos o contexto multilíngue no qual o perfil toponímico do SAB foi delineado.

Em relação ao estudo de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), observamos como objetivo principal a proposta de uma análise da toponímia de São Tomé, capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe, onde o português também figura como língua oficial dentro de uma conjuntura multilíngue. Para tanto, tendo como propósito a discussão da toponímia santomense, os autores fazem o levantamento da toponímia local utilizando o censo mais recente do país conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2012). No total, os autores coletaram 465 topônimos dentre os quais 77,4% são de origem portuguesa e 22,6% são compostos total ou parcialmente por palavras das línguas autóctones, isto é, por itens das línguas crioulas. No estudo em questão, dados desse último grupo foram sistematizados, ainda, em dois subgrupos: *topônimos integralmente autóctones* (18,2%) e *topônimos híbridos* (4,1%), cuja formação abarca itens portugueses e itens autóctones (BALDUINO, ARAUJO, AGOSTINHO, 2021). No caso de Bissau, separamos, inicialmente, os topônimos levantados também em: (1) origem portuguesa e (2) línguas autóctones (as quais, no caso de Bissau, podem

LINHA D'ÁGUA

ser língua crioula ou não), avaliando, ainda, se o último grupo é composto por topônimos integralmente autóctone e/ou por topônimos híbridos.

Ainda a esse respeito, é preciso mencionar que a decisão por dividir, inicialmente, os topônimos de origem portuguesa e de origem autóctone, também decorreu das possíveis similaridades entre a cidade de São Tomé e o SAB, visto que ambas são regiões que possuem o português como língua oficial, além de haver a circulação de línguas crioulas de base lexical portuguesa em São Tomé e no SAB. É patente salientar, no entanto, que as diferenças sociolinguísticas também são múltiplas, na medida em que os estatutos sociais ocupados pela língua portuguesa e pelas línguas crioulas, nas duas localidades, são distintos, além do fato de que, no SAB, há um intenso e extenso uso de línguas autóctones não crioulas. Esse contexto linguístico, naturalmente, atua na constituição dos topônimos do SAB, o tornando único e, por isso, a categorização dos topônimos entre origem portuguesa e origem autóctone é utilizada apenas como uma proposta preliminar, sendo importante que, em estudos futuros voltados à toponímia do SAB, esse agrupamento possa ser revisitado, mesmo atualizado e examinado em detalhe. Assim, após uma inspeção inicial da amostra levantada acerca da toponímia do SAB, avaliaremos, ainda, a necessidade de ampliação ou não dessa taxonomia inicial.

O método utilizado para a constituição do corpus foi a investigação documental (GIL, 1991). Os dados foram coletados em documento do Serviço de Cadastro e Topografia da Câmara Municipal de Bissau, especificamente da Repartição de Cadastro Urbano. Na tabela 1, abaixo, estão elencados os tipos de logradouros presentes nos nomes de lugares.

Tabela 1. Discriminação de tipos de logradouros presentes nos nomes de lugares examinados

NOMES DE LUGARES	OCORRÊNCIA	%
Bairro	37	36,63
Avenida	15	14,85
Praça	03	2,97
Rua	35	34,65
Outros elementos antrópicos	11	10,9
TOTAL	101	100

Fonte: elaboração dos autores

Datada de 2004, o que certamente prenuncia sua desatualização, a nossa fonte principal não pôde abarcar todos os topônimos circulantes do SAB. Com efeito, os dados coletados na divisão de Cadastro Urbano da Câmara de Bissau foram acrescidos de dados conhecidos por nós, reportados pelos informantes e que não constam do referido documento. A esse respeito, *Gã Sanha, Entrada de Flor, Lala Kema, Sobrado* (conferir anexo II), só para citar alguns, não estão descritos no referido documento, mas, mesmo assim, foram contemplados por nós na análise. Ainda assim, vale ressaltar que o estudo não levantou, exhaustivamente, todos os topônimos que fazem parte do SAB, uma vez que isso exigiria um trabalho muito mais detido

que extrapola nossos objetivos iniciais. Por se tratar de um trabalho de caráter preliminar e pioneiro, essa questão terá desdobramentos futuros.

Ao todo, coletamos 101 topônimos¹⁷, os quais estão disponíveis, em íntegra, nos anexos I e II, e os agrupamos em duas grandes categorias segundo sua filiação linguística: português e não português. Em termos percentuais, o corpus manifesta 53,5% (54/101) de topônimos portugueses e 46,5% (47/101) entre autóctones (22,8% 18/101), híbridos (14,8% 20/101) e desconhecidos (8,9% 9/101)¹⁸. As composições híbridas são entre o português e as línguas autóctones, incluindo o kriol, bem como entre as diferentes línguas autóctones entre si. A esse respeito, é preciso ressaltar que, uma vez que essas línguas ainda são pouco documentadas e, portanto, ou não têm dicionários ou os termos não foram dicionarizados, trabalhamos com alguns informantes, 11 para sermos mais precisos, para a reconstituição da memória histórica sobre os topônimos em línguas autóctones. São homens e mulheres, na sua imensa maioria falantes nativos de línguas autóctones como pepel, balanta, mandinka, mandjáku ou mandjak, com uma alta proficiência em kriol e instruídos também em português, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2. Perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa

Informante	Sexo	Idade	Línguas faladas
01	Masculino	34	kriol; pepel; português
02	Feminino	32	kriol; pepel; português
03	Feminino	30	pepel; kriol; português; francês
04	Masculino	28	kriol; português; balanta; inglês
05	Masculino	36	Kriol; balanta; português; inglês
06	Masculino	30	kriol; português; balanta
07	Masculino	30	kriol; português; mandinka; inglês
08	Masculino	31	pepel; kriol; português
09	Masculino	29	mandjáku; kriol; português
10	Feminino	28	kriol; português; mandjaco
11	Feminino	27	pepel; kriol; português

Fonte: elaboração dos autores

O contato inicial com os informantes se deu através do grupo de WhatsApp Guiguís SFC, um grupo que reúne estudantes e ex-estudantes guineenses da UNILAB Campus dos Malês em São Francisco do Conde – Bahia¹⁹. Uma vez identificados os informantes, esse

¹⁷ Esclarece-se que a disparidade entre o número de topônimo coletado e número obtido dentro da classificação semântica (ver tabela 8 e 9) se deve ao fato de muitos topônimos integrarem categorias semânticas diferentes ao mesmo tempo. Um exemplo disso é o topônimo “Pansau Na Isna”, que foi classificado como historiotopônimo e antropotopônimo ao mesmo tempo.

¹⁸ Percentagem em relação ao corpus.

¹⁹ Agradecemos suas valiosas contribuições, por terem nos ajudado a decifrar a motivação desse ou daquele topônimo, possibilitando, desse modo, sua integração à taxionomia correspondente. E também por terem doado

contato passou a ser individual e personalizado, através de abordagem mediada por ferramentas de comunicação digital ou *tête-à-tête*. Todos os nomes de lugares não identificados como de filiação portuguesa foram apresentados ao informante um por um, perguntando-lhe se sabe o significado e a que língua autóctone pertence. A regra geral foi que, na maioria dos casos, os informantes não só foram capazes de identificar os topônimos pertencentes às suas línguas maternas e aqueles que não o são, bem como apresentar os prováveis motivos que os levou a serem acionados. Se um topônimo é identificado por um informante pepel como pertencente a essa língua, outro informante pepel é consultado e as informações são comparadas. De modo geral, as informações colhidas não diferiram significativamente. Quando diferiam, optou-se pela narrativa hegemônica.

Por outro lado, fontes históricas (AMADO, 2005; SILVA, 2006; CABECINHAS e NHAGA, 2008, entre outros) foram consultadas para analisar os historiotopônimos. Finalmente, outras fontes consultadas foram os dicionários Scantamburlo (2002) e Stein (2021), mas foram pouco úteis para os propósitos deste estudo uma vez que não lidaram com os topônimos. Definidos os métodos, a seguir, na seção 5, tecemos algumas considerações gerais sobre a toponímia levantada.

4 Toponímia de Bissau: considerações gerais

A partir dos dados retirados de Serviço de Cadastro e Topografia da Câmara Municipal de Bissau, acrescidos de dados conhecidos por nós, reportados pelos informantes e que não constam do referido documento, elencamos 101 topônimos distintos na região do SAB, os quais estão distribuídos em uma área de 77 Km² ocupada por, aproximadamente, 387.909 habitantes.

O exame de cada item lexical que integra a toponímia do SAB permitiu, a exemplo do trabalho de Balduino, Araujo e Agostinho (2021), o agrupamento de dois conjuntos de dados: um composto por itens não português e outro composto por itens português, como indicado na tabela 3.

Tabela 3. Distribuição percentual dos Topônimos do SAB em relação à filiação linguística

<i>Filiação</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>%</i>
Não portuguesa	47	46,5
Portuguesa	54	53,5
Total	101	100

Fonte: elaboração dos autores.

parte do seu tempo para consultarem – quando necessário – parentes mais velhos a respeito de um dado assunto, respeitando a senioridade, assumindo, assim, a condição de que os mais velhos tendem a saber mais que os mais novos, dando, portanto, continuidade ao processo de transmissão de conhecimento de geração em geração através da oralidade.

Como visto, a maioria (53,5%) dos topônimos analisados é de filiação portuguesa, enquanto o restante (46,5%) não o é. Por filiação portuguesa entende-se aqueles que contêm itens somente em português, e filiação não portuguesa aqueles que possuem termos que não são da língua portuguesa. Todos merecerão nossa análise nas seções que se seguem, e igualmente serão apresentados, classificados e analisados semanticamente os topônimos, considerando ambos os grupos.

4.1 Topônimos não português

Os topônimos que integram a categoria não português subdividem-se em três microgrupos a saber: (i) línguas autóctones, (ii) composições híbridas entre o português e as línguas autóctones, bem como entre as diferentes línguas autóctones entre si e (iii) termos cujas filiações desconhecemos. Observamos, aqui, que no caso da toponímia do SAB, a categorização proposta por Balduino, Araujo e Agostinho (2021) para São Tomé deve ser ampliada, pois o perfil toponímico do SAB comporta uma variedade maior de sintagmas toponímicos resultantes do contato – resultado já esperado diante da realidade sociolinguística da Guiné-Bissau. A seguir, no quadro 1, apresentamos um quadro com o levantamento de todos os topônimos de filiação não portuguesa, separando-os nos microgrupos (i) – (iii).

Quadro 1. Topônimos do SAB de filiação não portuguesa

HÍBRIDOS	FILIAÇÃO AUTOCTONE	FILIAÇÃO DESCONHECIDA
1. Rui Djassi	1. Boé	1. Amedalai
2. António Mbana	2. Gabu	2. Hafia
3. Aguinaldo Embaló	3. Mindara	3. Mariem N'Guabi
4. Ernestina (Titina) Silá	4. N'Tula	4. Lamine Injai
5. Bissanu bedju	5. Plack	5. Gabu
6. Cuntum Madina	6. Psack	6. Tcada
7. Homaro Torizo Tchada	7. Brá	7. Cacheu
8. Sacô ²⁰ Vaz	8. Quelele	8. Pindjikiti
9. José Carlos Schwarz	9. Cuntum	9. Mpantchá
10. Tcon di Pepel Varela	10. Calequir	
11. Cintra Nema	11. Bandé	
12. Reino Gã Beafada	12. Pilum	
13. Pilum di bas	13. Missira	
14. Pilum di riba	14. Plubá	
15. Mon di Timba	15. Pansau Na Isna	
16. Lala Kema	16. Gã Sanha	
17. Eduardo Mondlane	17. Gã Coté	
18. Joaquim Ncom	18. Pefine	
19. Alto Crim		
20. Engenheiro Quinhote		
TOTAL		47

Fonte: elaboração dos autores

²⁰ Atendendo a solicitação dos pareceristas, esclarecemos que *Sacô* – com o acento primário na última sílaba, portanto uma palavra oxítone, é um sobrenome (e, em certos casos, um nome próprio) comum a grupos étnicos como fula, mandinka, entre outros. Ela não é homófona, nem homógrafa a “saco” do português.

Os topônimos em línguas autóctones são aqueles constantes no documento oficial da Repartição de Cadastro Urbano de Bissau, bem como aqueles reportados pelos informantes e que não constam do referido documento. Os topônimos híbridos abrangem composições de português e de línguas autóctones, assim como composições de duas línguas autóctones distintas. Vale salientar que muitos topônimos híbridos já o são em sua origem porque são antropotopônimos, e não um hibridismo de primeira mão ou tradicional. O processo já estava consolidado no nome utilizado.²¹ Por fim, os topônimos de filiação desconhecida incluem termos que não pertencem ao português e que os falantes não reconhecem como pertencentes às línguas autóctones. A tabela 4 apresenta essa divisão, traz a ocorrência dos topônimos e mostra sua percentagem geral, bem como seu percentual em relação ao grupo não português. Logo, os topônimos em línguas autóctones correspondem a 38,2% (18/47) dos topônimos do grupo não português, ao passo que, no que diz respeito ao corpus geral, contempla 17,8% (18/101). Já os topônimos híbridos abarcam 42,5% (20/47) do grupo não português e 19,8% (20/101) do corpus total. Por fim, os topônimos de filiação desconhecida equivalem a 19,1% (09/47) do grupo de topônimo não português e a 8,9% (09/101) do levantamento geral.

Tabela 4. Distribuição percentual dos Topônimos do SAB em relação à filiação africana

<i>Filiação</i>	<i>Ocorrências</i>	<i>% Não portuguesa</i>	<i>% Geral</i>
Línguas autóctones	18	38,2	17,8
Híbrida	20	42,5	19,8
Desconhecida	09	19,1	8,9
Total	47	100	46,5

Fonte: elaboração dos autores.

Focando nos topônimos em línguas autóctones, observamos que esses são majoritariamente pertencentes ao pepel, uma língua do grupo étnico do mesmo nome que, segundo a memória coletiva do povo e a própria história oficial, foi o primeiro habitante de Bissau (ver CAMPOS, 2016). Todavia, para além do pepel, são observadas, também, ocorrências de topônimos em línguas tais como mandika, fula e balanta, porém em menor número. Dessa forma, por meio da tabela 5, observamos que o pepel corresponde a 72,2% (13/18) do grupo de topônimos em línguas autóctones, ao passo que o mandika compreende 16,7% (03/18) e o fula e o balanta correspondem, respectivamente, a 5,5% (1/18) do grupo em evidência (cada língua com uma ocorrência).

²¹ Apropriamo-nos do comentário de um dos pareceristas ao nosso texto para fazer essa ressalva, a quem agradecemos a contribuição.

Tabela 5. Línguas que compõem os topônimos em línguas autóctones do SAB

<i>Língua</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>% total</i>
Pepel	13	72,2	13
Mandinka	03	16,7	2,9
Fula	01	5,5	0,9
Balanta	01	5,5	0,9
Total	18	100	17,8

Fonte: elaboração dos autores.

Analisando, em conjunto, os topônimos em línguas autóctones e os topônimos híbridos, os quais são compostos, também, por línguas locais, notamos que, para além das línguas pepel, mandinka, balanta e fula já mencionadas, topônimos em kriol são também observados. Assim, apresentada a distribuição dos topônimos em línguas autóctones, na tabela 5 acima, expomos, no quadro 2 a seguir, alguns exemplos dos topônimos em pepel, mandinka, balanta, kriol e fula.

Quadro 2. Exemplos de topônimos do SAB formados por línguas locais: pepel, mandinka, balanta, kriol e fula

<i>Língua</i>	<i>Topônimo</i>	<i>Significado</i>
Pepel	Quelele	Foroba ²²
	Cuntum	Boca, no sentido de papiar, conversar
	Bra	Lugar onde se pode beber
	Plack	Pedra
	Pilum	Mandipli/Cajá
Mandinka	Gã Sanha	Lit. habitação dos Sanha
Balanta	Pansau Na Isna	Nome próprio histórico
Kriol	Tcon di pepel	Chão dos pepel
Fula	Boé (plural <i>bowal</i>)	Local sem árvore em uma floresta, com água parada e pedras ao redor

Fonte: elaboração dos autores.

Apesar de não estarem dicionarizados (pelo menos nos dicionários a que tivemos acesso, como, por exemplo, Scantamburlo (2002) e Stein (2021)), todos os topônimos no quadro 2, exceto *Gã Sanha*, foram coletados do documento oficial. É interessante notar, a partir do quadro 2, como os lugares eram designados de acordo com a cosmovisão – no sentido subjetivo de ver e entender o mundo – dos diferentes grupos étnicos do SAB, envolvendo, ainda, o meio socio-natural circundante.

²² Planta da família das leguminosas cujo fruto comestível é constituído de vagens de casca castanha com grãos envolvidos por uma farinha amarela (SCANTAMBURLO, 2002).

A esse respeito, o lugar onde tinha muita *spondias monbin*, nome científico para cajazeira, por exemplo, foi designado *pilum* em pepel, que significa literalmente ‘cajazeira’ em português e ‘mandipli’ em kriol, segundo os informantes da pesquisa. *Pilum* é hoje um dos bairros mais populares de Bissau. O mesmo processo se aplicou a *Bra* e *Plack*, significando o primeiro ‘lugar onde se pode beber’, uma vez que se trata de zona de *bolanha* ‘rio ou pântano’, e o segundo, ‘pedra’, isto é, lugar repleto de pedras. O termo *Gã*, em mandinka, é um “prefixo que entra na formação de substantivos, exprimindo a ideia *lugar de habitação*” (SCANTAMBURLO, 2002, p. 205), e, *Sanha*, um sobrenome comum na África Ocidental. Desse modo, o termo *Gã Sanha* estaria relacionado a uma única ou a um conjunto de habitações, um povoado ou uma aldeia pertencente e/ou fundada pela família ou clã *Sanha*. O prefixo *Gã*, ademais, é observado em outro topônimo, *Gã Coté*, para o qual cabe a mesma explicação de *Gã Sanha*, com uma diferença interpretativa sutil, uma vez que se trata, aqui especificamente, de um aglomerado, povoado ou habitação da família ou clã *Coté*, e não *Sanha*.

Por sua vez, *Pansau Na Isna*, um historiotopônimo e antropotopônimo ao mesmo tempo, é de filiação linguística balanta, compartimentado em *Pansau*, que pode ser traduzido como a extinção de um agregado familiar, e *Na Isna*, um sobrenome para uma linhagem dentro do grupo étnico balanta, que quer dizer a linhagem dos pacíficos. O *Tcon di pepel*, no sentido toponímico, diz respeito ao domínio ou regulado pertencente ao povo pepel. *Tcon*, por si só, é o mesmo que *terra* em português. Por fim, *Boé*, *bowal no plural*, historiotopônimo e corotopônimo simultaneamente, provém do fula e tem o sentido de local destituído de árvore em uma floresta, com água parada e pedras ao redor.

Ainda em relação aos dados do grupo não português, alguns topônimos são formados por itens lexicais de mais de uma língua, caracterizando os topônimos híbridos. Em (1a), por exemplo, tem-se o topônimo formado de item lexical do português e mandinka, em (1b) do kriol e mandinka e em (1c) do pepel e kriol.

1. a) Reino *Gã Beafada*
b) *Mon di timba*
c) *Bissau bedju*

Em (1a), enquanto *reino* é um termo português para designar país ou estado governado por um rei ou rainha, *gã*, prefixo que exprime a ideia de lugar de habitação, é um termo mandinka introduzido para o kriol com o mesmo significado que possui em mandinka, isto é, que indica a ideia do lugar de habitação, conforme referido anteriormente. Por seu turno, em (1b), a composição sintagmática toponímica preposicionada é formada pelos itens lexicais *mon* ‘mão’ e *di* ‘de’, ambos do kriol, mais o *timba* (ou *timpa*), outro termo oriundo do mandinka, que designa uma espécie de animal mamífero quadrúpede que foi igualmente introduzido para o kriol com o mesmo significado. Notamos, assim, que a toponímia híbrida do SAB pode ser formada por duas línguas autóctones e não, necessariamente, por um item português e outro não português. Por fim, em (1c), *Bissau* deriva do pepel *N'sasu*, uma das muitas linhagens do grupo étnico pepel, que posteriormente evoluiu para *Bissau*, ao passo que *bedju*, do kriol, significa ‘velho’ em português.

LINHA D'ÁGUA

Na tabela 6, apresentamos a distribuição dos topônimos híbridos do SAB. Os topônimos constituídos por elementos em português e língua autóctone, como *Reino Gã Beafada*, correspondem a 65% (13/20) do grupo híbrido e a 13% (13/101) do corpus geral. De outro modo, os topônimos híbridos formados por duas línguas autóctones distintas, como *Mon di timba*, correspondem a 35% (7/20) dos dados híbridos – e 7% (7/101) do corpus total.

Tabela 6. Natureza dos topônimos híbridos do SAB

<i>Elementos</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>% total</i>
Português + Autóctone	13	65	13
Autóctone + Autóctone	7	35	7
Total	20	100	17,8

Fonte: elaboração dos autores.

Nesta seção, apresentamos o levantamento dos topônimos de formação não portuguesa do SAB. Verificamos, de maneira geral, que os topônimos desse grupo se relacionam, intrinsecamente, ao contexto sociolinguístico da cidade de Bissau, evidenciando seu caráter multilíngue e, mesmo, multiétnico. Isso transparece não somente na toponímia formada por itens autóctones, como também pode ser constatado nos topônimos de natureza híbrida que comportam tanto elementos em português e em línguas autóctones, como também abarcam itens autóctones de línguas distintas. Embora ainda preliminar, o levantamento realizado nesta seção indica a necessidade de contemplar mais detidamente, em estudos futuros, os topônimos em línguas autóctones, ampliando o corpus e avaliando quais línguas compõem o perfil toponímico do SAB, especialmente do grupo híbrido, no qual observamos a combinação de diversas línguas locais. Discutido os topônimos do grupo não português, apresentamos, a seguir, na seção 5.2, os dados compostos por elementos em português.

5.2 Topônimos em português

Um escrutínio à toponímia de origem portuguesa do SAB mostra que os topônimos podem constituir-se de diferentes categorias: quanto aos elementos que constituem o topônimo no que diz respeito ao referente espacial e linguístico, os topônimos podem revestir-se de sintagmas contendo elementos genéricos (2a,b); quanto à estrutura morfológica, simples e composta, como em (2c,d) e (2e,f) respectivamente, e estrutura numérica (2g,h).

2. a) Casa Escada
b) Entrada de Flor (em oposição à Entrada de Capela)
c) Veterinária
d) Granja
e) Vitorino Costa
f) Bairro Militar
g) 14 de Novembro
h) 3 de Agosto

No que concerne aos elementos genéricos, o estudo reuniu 22 dados genéricos diferentes para a toponímia do SAB, em um conjunto de 34 ocorrências. Isso significa que alguns dos referidos elementos ocorrem mais de uma única vez, conforme se verifica na tabela 7. O termo genérico *Rotunda*, servindo-se de exemplo, é frequentemente usado para se referir à praça de forma circular (SCANTAMBURLO, 2002), sendo empregado em uma composição sintagmática toponímica, geralmente, antes de um elemento específico, conforme descrito em (3).

3. a) *Rotunda* de Quelele
b) *Rotunda* de Aeroporto
c) *Rotunda* de Amura

Em (3), temos o que poderia ser qualquer “praça de forma circular” sendo singularizado, particularizado pelos substantivos preposicionados com os quais formam uma composição sintagmática toponímica. Os elementos genéricos na toponímia portuguesa do SAB são discriminados na tabela 7 abaixo:

Tabela 7. Ocorrência de elementos genéricos na toponímia portuguesa da Cidade de Bissau

<i>Genérico</i>	<i>Ocorrência</i>	<i>Genérico</i>	<i>Ocorrência</i>
Flor	1	Granja	1
Baixada	1	Bombeiro	1
Lagoa	1	Aeroporto	1
Bairro	2	Igreja	2
Cidade	2	Zona	4
Sobrado	1	Veterinária	1
Casa	1	Matadouro	1
Prédio	1	Rua	2
Escada	1	Entrada	2
Rotunda	3	Alto	2
Capela	1		Total
Praça	2		34

Fonte: elaboração dos autores.

Na tabela 7, o termo “entrada” é, *per si*, um elemento genérico, e poderia se referir a qualquer “entrada”. Para a constituição de um sintagma toponímico, é necessária uma construção que é posposta a ele, como “de Flor” ou “de Capela”, formando uma unidade toponímica, como em (4a,b). Em (4b,c) os elementos genéricos são determinados opondo os sintagmas toponímicos: *Cidade Lisboa versus Cidade Moura* e *Zona 7 versus Zona das Embaixadas*, tendo *cidade* e *zona* como elementos genéricos. O mesmo processo se aplica a “Bairro”, exemplo em (4d).

4. a) Entrada de Flor / Entrada de Capela
b) Cidade Lisboa / Cidade Moura
c) Zona 7 / Zona das Embaixadas
d) Bairro D’Ajuda / Bairro Militar

Ademais, pode-se, também, desambiguar os topônimos adjetivando-os (5a) ou mesmo numerando-os (5b).

- | | | | | |
|----|----|------------------------|---|------------------------|
| 5. | a) | Bairro D'Ajuda 1ª fase | / | Bairro D'Ajuda 2ª fase |
| | b) | Rua 13 | / | Rua 15 |

É possível argumentar que termos como *militar*, *embaixada* e *flor*, por exemplo, são itens lexicais independentes e poderiam formar topônimos isoladamente. Esse é um argumento válido porque enunciados linguísticos podem, naturalmente, se revestir de funções toponímicas sem depender de outros elementos linguísticos. No entanto, nas composições em que aparecem, não foi o que ocorreu. Eles devem ser lidos como formando uma relação de interdependência, traduzido em uma base composta, na qual, o que seria um substantivo comum em termos linguísticos, como *militar* e *flor*, somente constitui topônimos integrando-se a uma base composta, e não isoladamente. Assim, apesar de itens como *militar* e *flor*, provavelmente, terem desempenhado um papel decisivo na designação do topônimo, ninguém mora em *militar*, em *embaixada* ou em *flor*. Pelo contrário, se perguntados, os moradores desses lugares certamente diriam que moram no *bairro Militar*, na *zona das Embaixadas* e na *entrada de Flor*. Contudo, além desses exemplos, registram-se substantivos na toponímia do SAB, exemplificados em (6).

6. a) Granja
- b) Veterinária
- c) Enterramento
- d) Bombeiros
- e) Aeroporto
- f) Matadouro

Os exemplos em (6) demonstram que uma das estratégias de criar topônimos no SAB é a partir de lugares físicos, respeitantes às atividades profissionais e/ou aos locais de trabalho. São os denominados sociotopônimos, uma categoria toponímica relevante em nossos dados. Sendo, possivelmente, frutos da urbanização ocorrida na região, os sociotopônimos ocupam, com 11 aparições, 10% de ocorrências examinadas, isto é, o quarto lugar entre os topônimos de natureza antropocultural, e, com 9,2%, mantêm-se na mesma posição no cômputo geral, envolvendo, portanto, a natureza física.

Ainda, observando os dados e conjecturando suas relações com o processo de urbanização do SAB, podemos hipotetizar que primeiro esses lugares foram erguidos e depois a cidade cresceu aos seus entornos. Efetivamente, do ponto de vista histórico, isso se sustenta. O aeroporto – um lugar em que ocorre tráfego aéreo, e, portanto, pouso e decolagem de aeronaves, embarque e desembarque de passageiros – que dá o nome ao bairro, foi inaugurado em 1955 (SILVA, 2006), quase duas décadas antes da independência do país, uma época em que o SAB se resumia a certos redutos mais ao centro da cidade, hoje chamado de *Bissau bedju*. “Granja” é outro dado que sustenta a nossa argumentação. Originalmente *Granja do Pessubé*, o topônimo foi concebido no seu sentido autêntico durante a invasão portuguesa, designando uma pequena propriedade rural em que se explora uma atividade agrícola em pequena escala. Essa propriedade, conforme Silva (2006, p. 5), foi visitada em 1953 por um importante

representante do governo da metrópole, o Subsecretário de Estado Raúl Ventura, que, “na companhia dos Engenheiros Agrônomos Nobre da Veiga e Amílcar Cabral, foi ela percorrida em detalhe”. Hoje o que existe é a “Granja” não no seu sentido original, mas um local tomado pela cidade e que mantém sua designação primitiva.

Nesta seção, apresentamos o levantamento da toponímia portuguesa do SAB, a qual corresponde a 53,5% de nosso corpus. O português, na Guiné Bissau, embora detenha o estatuto de língua oficial, é empregado, sobretudo, como segunda língua, ao passo que o crioulo e outras línguas locais são amplamente faladas no país. Esse fato (socio)linguístico é observável em sua toponímia, visto que, apesar de ser majoritariamente composta por itens em português, essa também é amplamente formada por itens cuja filiação linguística está relacionada a diferentes línguas africanas. Nesse sentido, ainda que os topônimos portugueses sejam predominantes no SAB, não podemos considerar esse fato como representativo de um potencial prestígio sociopolítico que a língua portuguesa possui na Guiné-Bissau, visto que, percentualmente, essa sobressalência não é muito evidente: 53,5% topônimos portugueses vs 46,5% topônimos não portugueses.²³

5.3 Classificação semântica da toponímia do SAB: uma análise preliminar

Do ponto de vista semântico, procedemos a uma classificação dos topônimos considerando sua natureza física e antropocultural seguindo o modelo taxionômico proposto por Dick (1992). Na tabela 8 encontram-se especificados os topônimos de natureza física (Dimensiotopônimos e Fitotopônimos), enquanto que, na tabela 9, apresentamos os topônimos de natureza antropocultural (Animotopônimo, Antropotopônimos, Cronotopônimos, Ecotopônimos...).

Tabela 8. Ocorrência dos topônimos de natureza física na toponímia do SAB

<i>Grupo</i>	<i>OCOR.</i>	<i>%</i>	<i>Exemplo</i>
Dimensiotopônimos (traços dimensionais)	4	30,7	Pilum di bas
Fitotopônimos (nomes de vegetais)	3	23,1	Quelele; Pilum
Geomorfotopônimos (relevo, elevação, depressão)	1	7,7	Baixada
Hidrotopônimos (acidentes hidrográficos)	3	23,1	Santa Lagoa; Lala Kema
Litotopônimos (minerais e constituição do solo)	2	15,4	Plack; Psack/Bissaque
Subtotal	13	100	
Total	119	10	

Fonte: elaboração dos autores

²³ Esta pesquisa não lidou com essa questão. Somente um estudo que considerasse a circulação desse idioma, o seu uso efetivo e a sua importância na vida daqueles que o usa, pode chegar a essa conclusão.

Neste estudo, tanto em português como em línguas autóctones, somente 10% (13/119) dos topônimos do SAB podem ser classificados semanticamente como pertencentes à natureza física no conjunto de dados analisados como um todo. Considerando apenas essa categoria, apresentada na tabela 8, Dimensiotopônimo (30,7% 4/13) aparece na primeira posição como a que mais ocorreu, já Fitotopônimos e Hidrotopônimos estão empatados na segunda posição com 23,1% (3/13) de ocorrência. Litotopônimos (15,4% 2/13) e Geomorfotopônimos (7,7% 1/13), com menos aparições, completam o ranqueamento. As demais categorias não foram vistas.

Por seu turno, os topônimos de natureza antropocultural, na tabela 9, perfazem 90% (106/119) do corpus. Dado o volume dessa tabela e por questões de objetividade, não comentaremos os dados na sua íntegra. Contudo, destacamos alguns componentes integrantes dessa categoria, como os historiotopônimo, os antropotopônimos e os corotopônimos.

Tabela 9. Ocorrência dos topônimos de natureza antropocultural na toponímia do SAB

Grupo	OCOR.	%	Exemplo
Animotopônimo ou (vida psíquica e espiritual)	2	1,8	Bairu Di Ajuda ²⁴
Antropotopônimos (prenomes, apelidos de família, hipocorísticos, alcunhas)	18	16,9	Pansau Na Isna
Axiotopônimos (antropotopônimos acrescidos de títulos)	2	1,8	Dr. Severino Gomes de Pina; Eng ^o . Quinhote
Corotopônimos (relativo a nomes de cidades, países, etc.)	13	12	Cidade de Lisboa; Boé; Brasil; Nigéria; Luanda
Cronotopônimos (indicação cronológica)	1	0,9	Bissau Bedju
Ecotopônimos (relativo à habitação em geral: casa, sobrado, etc)	3	2,8	Sobrado; Casa Escada; Prédio Libanês ²⁵
Etnotopônimos (elementos étnicos)	4	3,7	Tcon di Pepel; Reino Gã Beafada
Hierotopônimos (sagrados; religiosidade)	7	6,6	Capela; São Paulo; Santa Luzia;
Historiotopônimos (relembam a história do país, seus personagens e datas)	34	32,0	14 de Novembro; 3 de Agosto; Osvaldo Vieira; Pindjiguiti;
Numerotopônimos (relativo a adjetivos e numerais)	4	3,7	Pefine; zona 7
Sociotopônimos (atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro de membros da sociedade)	11	10	Veterinária; Matadouro; Granja; Bombeiros; Aeroporto; Lambike/Lambico
Somatopônimos (metáfora a partes do corpo humano ou animal)	2	1,8	Mon di Timba; Cuntum
Aqueles cujas motivações desconhecemos	7	6,6	Tcada; Hafia
Subtotal	106	100,6	
Total	119	90	

Fonte: elaboração dos autores

²⁴ *Bairu Di Ajuda* é a forma popular para a forma oficial *Bairro D' Ajuda*.

²⁵ Ressaltamos que *Casa Escada* e *Prédio Libanês*, assim como todos os outros topônimos, são classificados de acordo com uma taxonomia própria. Apesar de não se referirem a bairros especificamente e de estarem relacionados à habitação de modo geral, ambos os topônimos denotam lugares particulares, podendo ser agrupados em “outros elementos antrópicos”, o que faz jus a classificação atribuída.

Com efeito, o historiopotônimo, que remete à história do país, seus personagens e datas, equivale a 32% (34/106) dos topônimos de natureza antropocultural; o antropopotônimo perfaz a segunda posição com um total de 16,9%, 18 aparições em um total de 106. Nessa categoria vão aparecer alguns historiopotônimos, os quais relembram também a história do país, sobretudo no tocante a datas e personagens. Em nossa análise é essa a categoria dos topônimos (a do historiopotônimo) que mais apareceu considerando o corpus como um todo. Esse fato pode ser relacionado diretamente ao passado colonial do país, cuja independência política de Portugal só se alcançou após uma luta armada que durou mais de uma década. Desse modo, os historiopotônimos não seriam apenas em homenagem a pessoas que influenciaram direta ou indiretamente esse processo, mas uma forma de imortalizá-las e eternizar alguns marcos importantes da história do SAB, em particular, e do país como um todo. Dada sua pertinência, apresentaremos, nesta mesma seção, uma tabela específica com alguns desses historiopotônimos mostrando como eles se relacionam com a história do país. Mas, antes disso, falaremos dos corotopônimos.

Os corotopônimos – a outra categoria a se destacar em nossa análise – são relativos a nomes de cidades, países, e aparecem com 12% (13/106) de ocorrência na tabela 9. Nessa classe aparecerão designativos de lugares que remetem a cidades-capitais ou a países com os quais a Guiné-Bissau mantém relações diplomáticas e de cooperação em diversos domínios e que inclusive compartilham do mesmo processo histórico que foi a colonização, portuguesa ou não (*Rua Moçambique, Rua Angola, Av. Brasil, Luanda, Rua São Tomé, rua Cabo Verde, Av. Nigéria*, entre outros). E, ainda, nomes de cidades interioranas do próprio país que dão nome a ruas da capital Bissau: *rua Cacheu, rua Boé, rua Gabu*, e assim por diante. Isso nos traz de volta aos historiopotônimos, pois essas cidades, tal e qual outros topônimos integrantes desse grupo, carregam consigo importantes marcos históricos do país conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3. Ocorrência de historiopotônimo na toponímia do SAB

<i>Topônimo</i>	<i>Sua relação com a história do país</i>
3 de Agosto	Nessa data, em 1959, a polícia portuguesa matou cerca de 50 trabalhadores marítimos grevistas (marinheiros, estivadores etc.) que reivindicavam o aumento do salário;
Pindjiguiti	Local onde ocorreu o massacre de 3 de agosto de 1959;
Rua Boé	Além de sediar eventos importantes como o 2º congresso do PAIGC, a cidade de Boé foi o local da Proclamação da Independência do país, em 24 de setembro de 1973;
Bairro 24 de Setembro	Proclamação da Independência ocorrida em 1973;
Praça Ernestina “Titina” Sila	Combatente de liberdade da pátria e uma das figuras mais importantes da luta pela independência do país;
Av. Amílcar Lopes Cabral	Para muitos, o arquiteto e expoente máximo da luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde;
Av. 14 de Novembro	Golpe militar de 1980 que depôs do poder Luís Cabral, o 1º presidente da Guiné-Bissau, que estava no poder desde 1973;

Rua Cacheu	“Caminho de Escravo”, como hoje é lembrado, Cacheu foi a primeira região a ser colonizada. Os portugueses teriam-no atingido em 1444 ou 1446;
Rua Gabu	Nação Kaabunké, “Kaabu”, atualmente “Gabu”, foi um importante reino onde se começou a desenhar aquilo que hoje é o Estado guineense.

Fonte: elaboração dos autores

A predominância dos historiotopônimos na toponímia do SAB – conforme já referido – é provável que seja devido ao passado histórico colonial daquele país africano e de alguns acontecimentos que imediatamente o sucederam, como o golpe militar de 14 de novembro de 1980. Visto que esse acontecimento trouxe impactos significativos para a história local, sendo liderado pelo partido que, logo após a independência, conduziu o destino do país por mais de duas décadas em regime de partido-Estado ou partido único – o PAIGC – a toponímia do SAB é atravessada por tal referência histórica. Os lugares são, assim, nomeados a partir de nomes de pessoas ou de marcos históricos que caracterizaram e caracterizam o processo de independência, constituindo a toponímia local um ato simbólico significante à história local. O fato de o PAIGC ser quem conduziu a luta e governou o país logo depois da guerra não deve ser visto como um aspecto decisivo para que tenhamos tantos historiotopônimos ligados à luta. Qualquer que fosse o movimento ou o partido que assumisse o poder depois da luta, a toponímia de Bissau certamente registraria – não sabemos em que medida – historiotopônimos ligados ao processo colonial, pois a guerra, além de ser um ato político, foi um assunto nacional e contou com a participação de todas as tribos e de todas as etnias.

Considerações finais

A toponímia do SAB é constituída por topônimos em língua portuguesa, em línguas autóctones e, algumas vezes, por intersecções linguísticas formadas por elementos de ambas as naturezas, ou mesmo por dois elementos autóctones, mas pertencentes a línguas distintas. Desse modo, o perfil toponímico do SAB reflete o cenário multilíngue local. O português, apesar de ser a língua oficial da Guiné-Bissau, não é praticamente usado em comunicações espontâneas, até mesmo nas instituições do Estado. Mas, independentemente disso, os números a que este estudo chega mostram a presença do português no léxico toponímico do SAB: 53,5%. Em contrapartida, o alto índice de representatividade de topônimos em línguas autóctones (46,3%), além de transparecer a conjuntura multilíngue local, pode indicar a resistência dessas línguas perante uma língua com capital linguístico considerável, que é o português. Essa questão, no entanto, deve ser avaliada perante novos trabalhos sociolinguísticos e toponímicos. Este estudo é ainda preliminar e, por isso, algumas questões levantadas, como essa e outras, precisam ser deslindadas. Em trabalhos futuros voltados à toponímia do SAB, é relevante examinar os variados estratos linguísticos identificados nos perfis toponímicos aqui mencionados.

Referências

- AMADO, L. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. **Africana Studia**, n. 8, p. 109-135, 2005. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/view/7175. Acesso em: 30 ago. 2021.
- ARAUJO, G. A. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe? In: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco Calvo del (org.). **Línguas em português – A Lusofonia numa visão Crítica**. Porto: Universidade do Porto Press, 2020. p. 173-197.
- ARENAS, F. **África lusófona: além da independência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- AUGEL, J. O crioulo da Guiné-Bissau. **Afro-Ásia**, [S. L.], n. 19-20, p. 251-254, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20957>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- AUGEL, M.P. **O desafio do escomburo. Nação, identidade e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau**. [S. L.]: Garamond, 2007.
- BALDUINO, A.; ARAUJO, G. Discutindo a toponímia portuguesa e autóctone em São Tomé e Príncipe. In: RAMOS, J. et al. **Macau e a língua portuguesa: novas pontes a oriente**. Macau: Instituto Politécnico de Macau, p. 83-101, 2020. Disponível em: <https://repository.um.edu.mo/handle/10692/114269>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- BALDUINO, A.; ARAUJO, G.; AGOSTINHO, A. L. São Tomé and Príncipe's toponymy. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 43, n. 2, p.1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v43i2.56485>. Acesso em: 27 fev. 2023.
- BAPTISTA, M. **Le Créole de Guinée-Bissau: genèse et situation sociolinguistique**. L'Harmattan, Paris, p. 69-72, 2000. Disponível em: <http://africultures.com/le-creole-de-guinee-bissau-1281/>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- BARRY, B. A Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia. **Soronda: Revista de estudos guineenses**, [S. L.], V. 9, p. 3-21, 1990.
- CABECINHAS, R; NHAGA, N. **Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais: Guiné-Bissau e Portugal**, 2008. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9320>. Acesso em: 29 ago. 2022.
- CAMPOS, A. **História da Guiné-Bissau em datas**. [S. L.]: [S. N.], 2012.
- CAMPOS, A. **História da cidade de Bissau (até 1915)**. 2. ed. [S. L.]: [S. N.], 2016.
- CANDÉ MONTEIRO, A. O. Guiné Portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do Estado guineense. **A cor das letras**, v. 12, n. 1, p. 223-238, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/cl.v12i1.1494>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- CARVALHINHOS, P. **A toponímia portuguesa: um recorte linguístico do Douro ao Tejo**. 1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.
- CARVALHINHOS, P. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: Informes iniciais, critérios, recorte: projeto variantes lexicais na Toponímia Portuguesa. A questão do genérico. **Anais do SILEL**, v. 1, p. 1-10, 2009. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_lg04_artigo_6.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.
- CARVALHO, C. S. P. de. **Guiné-Bissau: a instabilidade como regra**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política Cidadania e Governação, Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/5960/1/Celisa%20Carvalho%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

- COUTO, H. H. do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Helmut Buske Verlag, 1994.
- COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. **Literatura, língua e cultura na Guiné- Bissau: um país da CPLP**. [S. L.]: Thesaurus, 2010.
- DIAS, E. C. A identidade muçulmana kaabunké: um processo de construção identitária sui generis na senegâmbia. In: Colóquio internacional: estados, poderes e identidades na África subsaariana, 6., 2003, Porto. Atas. Porto: [S. N.], 2003, p. 57-74. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6905.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no brasil: coletânea de estudos**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1992
- DICK, M. V. P. A. Atlas toponímico do brasil: teoria e prática ii. **Trama**, [s. l], p. 141-155, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rt.v3i5.965>. Último acesso em: 01 mar. 2023.
- DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxionômicos**. 1980. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.
- DICK, M. V. P. A. Atlas Toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philogus**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-69, 1998.
- DICK, M. V. P. A. O problema das taxionomias toponímicas: uma contribuição metodológica. **Língua e Literatura**, [s. l], p. 373-380, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1975.122791>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- DICK, M. V. P. A. Origens históricas da toponímia brasileira: os nomes transplantados. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l], n. 24, p. 75-96, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i24p75-96>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia do Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. Ed. São Paulo, Serviço Gráfico da FFLCH, 1990.
- DJALÓ, T. **O mestiço e o poder: identidades, dominações e resistências na Guiné**. Lisboa: Nova Veja, 2012.
- ETHNOLOGUE. **Language of the world: language codes**. Disponível em: <https://www.ethnologue.com/>. Acesso em: 0 mar. 2023.
- FARA CLAS, N.; *et al.* Creoles and acts of identity: convergence and multiple voicing in the Atlantic Creoles. **Papia: revista brasileira de estudos do contato linguístico**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 173-198, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Vanessa-Austin-3/publication/314041821_Creoles_and_acts_of_identity_convergence_and_multiple_voicing_in_the_Atlantic_Creoles/links/58b1e216a6fdcc6f03f932d5/Creoles-and-acts-of-identity-convergence-and-multiple-voicing-in-the-Atlantic-Creoles.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.
- FREITAS, S. **Contribuições linguísticas cabo-verdiana e sefardita na formação do papiamento**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-13102016-145726/publico/2016_ShirleyFreitasSouza_VCorr.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.
- GARCIA, F. P. O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa. **Africa Studia**, n. 6, p. 65-69, 2003. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/viewFile/7137/6557. Acesso em: 23 fev. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUINÉ-BISSAU. **Características socioculturais**. 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (III RGPH), 2009.

INE. 2011. Instituto Nacional de Estatística (INE): **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé: 2001. Disponível em: <http://http://www.ine.st/2012.html>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

INTUMBO, I. **Situação sociolinguística da Guiné-Bissau**. [s. l.]: [s.n.]. p. 1-7, 2012. Disponível em: https://www.didinho.org/Arquivo/SIT_LING_GB_Incanha.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

JAUARÁ, M. Os lusoafrikanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. **África**, [s. l.], v. 26, n. 24, p. 119-145, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i24-26p119-145>. Acesso em: 06 mar. 2023.

KIHM, A. Substrate influences in Kriyol. Creoles, Their Substrates, And Language Typology, [S.L.], p. 81-103, 2011. **John Benjamins Publishing Company**. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/tsl.95.07kih>.

KIHM, A.; ROUGÉ, J. L. Lingua de Preto, the Basic Variety at the root of West African Portuguese Creoles: a contribution to the theory of pidgin/creole formation as second language acquisition. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 28, n. 2, p. 203-298, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263424057_Lingua_de_Preto_the_Basic_Variety_at_the_root_of_West_African_Portuguese_Creoles_A_contribution_to_the_theory_of_pidgincreole_formation_as_second_language_acquisition. Acesso em: 01 mar. 2023.

LIMA, A. **De Bracara Augusta a Braga**: análise toponímica de um concelho português. 2012. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

LIMA, A.; CARVALHINHOS, P. Los Pueblos de Portugal y el modelo denominativo medieval. In: Oliviu Felecan (Ed.), **Proceedings of Iconn**, p. 276 – 290, 2013. Disponível em: <https://www.diacronia.ro/en/indexing/details/V1499>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LOPES, C. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 9-28, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21086/14603>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LOPES, C. Resistência africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no séc. XIX. **Soronda**: Revista de estudos guineenses, n. 7, p. 5-16, 1989.

MANÉ, B. B. E. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau)**. 2021. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-03052022-135318/en.php>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MANÉ, M. O Kaabu: uma das grandes entidades do património histórico Senegambiano. **Soronda**: Revista de estudos guineenses, n. 7, p. 17-30, 1989.

MARTINS, J. J. O. Relato do mercador André Álvares de Almada e sua utilização como fonte histórica no estudo das práticas religiosas dos povos da Guiné. **Anais do XIX Encontro Regional de História**. Profissão historiador: formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, jul., 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401484152_ARQUIVO_TextoANPUHFINAL.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

M'BUNDE, T. S. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. **Almanaque de Ciência Política**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 43-56, 1 set. 2017. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MUYSKEN, P.; SMITH, N. The study of pidgin and creole languages. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P. & SMITH, N. (ed.). **Pidgin and creole languages: an introduction**. Amsterdam: **John Benjamins Publishing Company**, 1995, p. 3-14.

NARO, A. J. A study on the origins of pidginization. *Language*, v. 54, n. 2, p. 314-347, 1978. Disponível em: <https://doi-org.ez67.periodicos.capes.gov.br/10.2307/412950>. Acesso em: 01 mar. 2023.

THOMASON, S. G.; KAUFMAN, T. **Language contact**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

SCANTAMBURLO, L. **Dicionário do crioulo guineense**: dicionário guineense-português. Lisboa: Edições Colibri/FASPEBI, 2002.

SEABRA, M. C. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**: a Toponímia da Região do Carmo. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ALDR-64KQ9A>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SILVA, A. E. D. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9/10, p. 142-167, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.1236>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SOUSA, M. G. de. Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança. **Universidade Lusíada Editora**, Lisboa, p. 85-115, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34628/j58n-bf22>. Acesso em: 06 mar. 2023.

STEIN, C. C. **Dicionário bilingue português-crioulo de Guiné-Bissau**. v. 1, João Pessoa: Editora UFPB, 2021.

Apêndice

ANEXO I - Lista dos topônimos

- | | | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| 1. 24 de setembro | 27. Osvaldo Vieira | 52. São Paulo | 75. Pilum di bas |
| 2. Guerra Mendes | 28. Francisco Mendes | 53. 3 de Agosto | 76. Pilum di riba |
| 3. 12 de setembro | 29. Unidade Africana | 54. Enterramento | 77. Mon di Timba |
| 4. 19 de setembro | 30. Nações Unidas | 55. Santa Luzia | 78. Lala Kema |
| 5. Rua 6/Cidade de Moura | 31. Av. Brasil | 56. Bairro Militar | 79. Eduardo Mondlane |
| 6. Rua 7 | 32. Caetano Semedo | 57. Amilcar Lopes Cabral | 80. Joaquim Ncom |
| 7. Victorino Costa | 33. Combatente da Liberdade da Pátria | 58. Domingos Ramos | 81. Alto Crim |
| 8. Justino Lopes | 34. Lambike/Lambico | 59. Gabu | 82. Boé |
| 9. Dr. Severino Gomes de Pina | 35. Nigéria | 60. Mindara | 83. Gã Coté |
| 10. Rua 13 | 36. 14 de novembro | 61. N'Tula | 84. Pefine |
| 11. 5 de julho | 37. Veterinária | 62. Plack | 85. Amedalai |
| 12. Rua 15 | 38. Granja | 63. Psack | 86. Hafía |
| 13. Rua Moçambique | 39. Casa escada | 64. Brá | 87. Mariem N'Guabi |
| 14. Rua São Tomé | 40. Sobrado | 65. Quelele | 88. Lamine Injai |
| 15. Rua Angola | 41. Matadouro | 66. Cuntum | 89. GabuTcada |
| 16. Rua Cabo Verde | 42. Nossa Senhora de Fátima | 67. Calequir | 90. Cacheu |
| 17. Rua cidade de Lisboa | 43. Zona das embaixadas | 68. Bandé | 91. Pindjikiti |
| 18. Areolino Lopes Cruz | 44. Rui Djassi | 69. Pilum | 92. M'pantchá |
| 19. Bombeiro | 45. Tcon di Pepel Varela | 70. Missira | 93. Engenheiro Quinhote |
| 20. Entrada de flor | 46. Cintra Nema | 71. Plubá | 94. Ernestina (Titina) Silá |
| 21. Entrada de capela | 47. Reino Gã Beafada | 72. Pansau Na Isna | 95. Bissau Bedju |
| 22. Prédio Libanês | 48. Russio | 73. Gã Sanha | 96. Cuntum Madina |
| 23. 24 de setembro | 49. Bairro D'ajuda | 74. Sacô Vaz | 97. Homaro Torizo Tchada |
| 24. Aeroporto | 50. Bairro Internacional | | 98. José Carlos Schwarz |
| 25. Bairro das Embaixadas | 51. Penha | | 99. Lala Kema |
| 26. Belém | | | 100. António Mbana |
| | | | 101. Aguinaldo Embaló |

ANEXO II - Lista dos topônimos descritos no documento oficial e aqueles contemplados pelos pesquisadores

TOPÔNIMOS			
Relacionados no documento oficial			Relacionados pelos pesquisadores
1. 24 de setembro	33. Gabu	62. Bairro Militar	1. Entrada de flor
2. Guerra Mendes	34. Mindara	63. Enterramento	2. Entrada de capela
3. 12 de setembro	35. N'Tula	64. Santa Luzia	3. Granja
4. 19 de setembro	36. Plack	65. São Paulo	4. Casa escada
5. Rua 6=Cidade de Moura	37. Psack	66. 3 de Agosto	5. Sobrado
6. Rua 7	38. Brá	67. Amilcar Lopes Cabral	6. Mon di Timba
7. Victorino Costa	39. Quelele	68. Domingos Ramos	7. Lala Kema
8. Justino Lopes	40. Cuntum	69. Joaquim Ncom	8. Gã Sanha
9. Dr. Severino Gomes de Pina	41. Calequir	70. Alto Crim	9. Bissau Bedju
10. Rua 13	42. Bandé	71. Boé	10. Prédio Libanês
11. 5 de julho	43. Lambike/Lambico	72. Gã Coté	
12. Rua 15	44. Nigéria	73. Pefine	
13. Rua Moçambique	45. 14 de novembro	74. Amedalai	
14. Rua São Tomé	46. Veterinária	75. Hafia	
15. Rua Angola	47. Matadouro	76. Mariem N'Guabi	
16. Pilum	48. Nossa Senhora de Fátima	77. Lamine Injai	
17. Missirá	49. Zona das embaixadas	78. Gabu	
18. Plubá	50. Rui Djassi	79. Tcada	
19. Pansau Na Isna	51. António Mbaná	80. Rua Cabo Verde	
20. Osvaldo Vieira	52. Aguinaldo Embaló	81. Rua cidade de Lisboa	
21. Francisco Mendes	53. Ernestina (Titina) Silá	82. Areolino Lopes Cruz	
22. Unidade Africana	54. Cuntum Madina	83. Bombeiro	
23. Nações Unidas	55. Homaro Torizo Tchada	84. 24 de setembro	
24. Av. Brasil	56. Sacô Vaz	85. Aeroporto	
25. Eduardo Mondlane	57. Caetano Smedo	86. Russio	
26. M'pantchá	58. Combatente da Liberdade da Pátria	87. Belém	
27. Engenheiro Quinhote	59. José Carlos Schwarz	88. Bairro D'ajuda	
28. Pilum di bas	60. Tcon di Pepel Varela	89. Bairro Internacional	
29. Pilum di riba	61. Cintra Nema	90. Bairro das Embaixadas	
30. Pindjikiti		91. Penha	
31. Cacheu			
32. Reino Gã Beafada			
TOTAL			101